



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Hisla Nocetti

**A INSERÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES MIGRANTES NO
MERCADO DE TRABALHO: desafios e possibilidades**

Florianópolis

2022

Hísla Nocetti

**A INSERÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES MIGRANTES NO
MERCADO DE TRABALHO: desafios e possibilidades**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Helenara Silveira Fagundes

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

A large empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is likely a placeholder for a barcode or a specific image related to the work being identified.

Hisla Nocetti

**A INSERÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES MIGRANTES NO
MERCADO DE TRABALHO: desafios e possibilidades**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 07 de março de 2022

Profa. Dra. Andrea Marcia Lohmeyer Fuchs
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sirlândia Schappo
Presidente

Profa. Dra. Andrea Marcia Lohmeyer Fuchs
1ª Examinadora

Jean Samuel Rosier
Doutorando em Relações Internacionais - PPGRI/UFSC
2º Examinador

Dedico este trabalho a todos e todas que por algum motivo migram, envolvidos pelos emaranhados de uma sociedade desigual e estigmatizante.

AGRADECIMENTOS

À professora Helenara, pela orientação, por se solidarizar com minhas angústias e fazer com que elas ficassem mais leves; por ter entendido meu desânimo e ansiedade e ter lidado tão bem com eles quando nem eu pude lidar; por toda generosidade, calma, carinho e cuidado; por todo incentivo na escrita e leitura; por ser inspiração como profissional e ser humano ético e comprometido.

À professora Andrea Fuchs, sempre presente no meu processo de ensino-aprendizagem; que muito me ensinou enquanto supervisora acadêmica de estágio e eterna fonte de inspiração.

Ao querido Jean Rosier, por ter se tornado um amigo tão presente nas minhas demandas alusivas ao tema da migração e por ter aceitado, de forma muito carinhosa, o convite de participar deste momento.

Às minhas supervisoras de estágio Juliane Pasqualetto, Lisiane Bueno e Sarah Dias por todo esforço, comprometimento e sólidas concepções éticas, teórico-políticas e humanas, necessárias à formação e ao exercício profissional.

À minha família, pais, irmãos, avós, e em especial às minhas primas Biange e Mítilla, que, despretensiosamente, sugeriram o Serviço Social como curso de graduação e profissão, mesmo não tendo discernimento da riqueza, da diversidade e dos tantos desafios que me aguardavam, mas que me agregaram tanto como cidadã nestes seis anos.

Aos amigos que fiz no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/SC), especialmente à Ana Paula Cirino e ao Douglas Ramos. Aos amigos do Telessaúde SC, dos quais sinto falta da convivência diária: Luana Nilson, Luise Ludke, Juliana Civolani e, de forma mais que especial, agradeço ao Djalma Junior, por todo apoio na elaboração e revisão deste trabalho. Às amigas que o curso de Serviço Social me deu e sofreram um pouquinho as mesmas aflições e angústias: Carol Sachet, Claudia Burgos e Josiani Til. Intento que possamos levar nossa amizade para além da Universidade e que nosso caminho pessoal e profissional se cruze sempre.

A todos e todas que participaram da minha pesquisa, em especial, aos jovens migrantes, cujas caminhadas são tão árduas e difíceis, que se encontram em situações de desespero, desacolhimento e exclusão, e mesmo assim não ousam voltar atrás, não apenas pela necessidade de seguir em frente, mas por ter a certeza de que é necessário se perder para se encontrar.

Por fim, e não menos importante, ao meu amor e companheiro, José Roberto, por tudo e por tanto.

*Quem dera que não houvessem fronteiras!
Quem dera que não houvessem leis
Leis essas que nos prendem, separam,
Hostilizam, injuriam e abalam!
Oh, se não houvessem fronteiras
Divisões geográficas
E que todos os homens fossem só homens!
Sem distinção de cores, raças, nacionalidades!
Que culpa tenho eu em ser Preto ou branco?
Cristão ou muçulmano? Hindu ou Budista?
Judeu ou Samaritano?
Se talvez as raças negra ou branca, não existissem!
Na verdade, não existem
O que apenas existe é...
Raça humana!
Sou Imigrante, emigrante, migrante
Resistente, com força pra viver, almejando viver
Sou resistível como um Leão da África
Tenho garras de um falcão do mato
Sou persistente como a onda móvel
Porém, me respeitem!
Só quero viver a vida...
Porque a terra é nossa, de todos nós
Feito por Deus e entregue à todos os homens
Não importa se aqui ou lá!*

MOISÉS TIAGO ANTÓNIO

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca relacionar migração, juventude e mercado de trabalho. Seu objetivo geral é analisar os desafios enfrentados pela juventude migrante para a inserção formal no mercado de trabalho e como objetivos específicos temos: caracterizar os jovens migrantes nas regiões de Florianópolis e Chapecó, identificar as dificuldades que perpassam a inserção formal no mercado de trabalho e buscar estratégias que possam contribuir para tal objetivo. Para que se possa trazer a discussão à tona é necessário contextualizar os fluxos migratórios, em especial a nível local, bem como pensar o tema somado ao fato de estarmos inseridos em uma sociedade capitalista, cujas expressões da questão social se agudizam se somadas ao desemprego estrutural. Busca-se, através da pesquisa explicativa qualitativa, investigar os fenômenos objetivos que frustram as tentativas de integrar-se em solo não-nacional e de acessar direitos básicos, como é o direito ao trabalho. Somado a isso, tem-se uma pandemia mundial que vem se espalhando com facilidade e afetando os diversos setores e atividades. As conclusões apontam que o preconceito, a xenofobia, as barreiras linguísticas e o nível de escolarização são os principais desafios que jovens migrantes enfrentam. Já o desconhecimento sobre a temática migratória e sua legislação, por parte das empresas, confere ao tema maior importância.

Palavras-chave: Migração. Juventude. Adolescência. Direitos. Mercado de trabalho.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Nacionalidade dos/as/es respondentes migrantes
Gráfico 2	Renda Familiar Mensal
Gráfico 3	Empregados x desempregados
Gráfico 4	Já sofreram preconceito
Gráfico 5	Principais barreiras encontradas para inserção no mercado de trabalho
Gráfico 6	Possibilidades e estratégias

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CAI	Centro de Atendimento aos Imigrantes
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. AS MIGRAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE	15
2.1 AS MIGRAÇÕES EM SANTA CATARINA.....	19
2.2 QUEM SÃO OS SUJEITOS MIGRANTES	22
3. MERCADO DE TRABALHO E MIGRAÇÃO	26
3.1 O MERCADO DE TRABALHO E A MIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA	29
3.2 OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA.....	31
3.2 POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
APENDICE A	45
APÊNDICE B.....	49
APENDICE C	52

1. INTRODUÇÃO

Para fins de compreensão, traremos os conceitos básicos de migrantes e refugiados, pois são conceitos que podem confundir e que não são sinônimos. Refugiados são sujeitos que estão fora do seu país de origem por medo legítimo de serem perseguidos por sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social. Além disso, refugiados são também pessoas que fogem de conflitos armados ou de situação de grave violação dos direitos humanos. Eles são protegidos e reconhecidos pelo Direito Internacional e podem ter acesso à assistência nos países de acolhida, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e de outras organizações. Essas pessoas passam por situações tão perigosas e intoleráveis que precisam buscar segurança em outros lugares já que retornar ao seu país de origem pode ser arriscado. Já o termo “migrante” pode se referir a pessoas que deixam seu país de origem em busca de melhores condições econômicas e vão a outros países com o objetivo de permanecer de forma temporária ou definitiva, como também em razão de outras formas de privação ou violação de direitos, sejam elas por motivações econômicas, sociais, ambientais e outros. Então, é importante saber que os refugiados se encontram em situação muito grave e peculiar e que também existem milhares de motivos que levam as pessoas migrantes a deixarem o seu lugar de origem.

A migração é o deslocamento realizado de um lugar a outro e pode existir de diversos formatos. De modo geral, as migrações sempre ocorreram, porém se intensificaram com o processo de consolidação da globalização. Os fluxos migratórios podem ocorrer por diversos motivos, e por isso, sujeitos nessa situação podem ser considerados migrantes: voluntários (ou espontâneos), forçados (quando motivados por perseguições políticas, étnicas ou religiosas, ou por guerras) ou tutelados (caso dos países que controlam a entrada de pessoas).

O fluxo significativo de migrantes internacionais para o Brasil, em especial em Santa Catarina, vem levantando debates acerca do contingente populacional e de iniciativas dos gestores das políticas públicas que lhes garantam respeito, autonomia e dignidade. Mais do que a busca por melhores condições de vida, a população migrante procura protagonismo, acolhimento e inserção no mercado de trabalho. As cidades de Florianópolis (litoral de Santa Catarina) e Chapecó (meio-oeste) têm sido destinos para muitos que fogem de desastres ambientais, crises sociais e políticas, e, portanto, da pobreza. (QUINTUNDA, 2017). Os motivos pelos quais os sujeitos migram de um lugar ao outro são os mais diversos: buscam

melhor qualidade de vida, fogem de guerras ou de ameaças à integridade física e/ou emocional ou até mesmo de perseguição religiosa, cultural ou política. Nos casos das ondas migratórias recentes advindas do Haiti e da Venezuela, os motivos, em sua maioria, se deram por fatores climáticos e crises política e econômica.

Segundo dados da Polícia Federal (novembro de 2019), há pelo menos 64 mil imigrantes em Santa Catarina, dos quais 21,8 mil são de países sul-americanos. No estado, há pelo menos 5.700 migrantes cadastrados nos centros de assistência social e, de acordo com dados do próprio Governo do Estado, 1.800 pessoas recebiam subsídio familiar no mesmo ano (PARAIZO, 2019).

O tema em destaque foi escolhido por motivos de cunho pessoal e acadêmico. Para desvendá-lo é necessário contextualizar o despertar do interesse pelo tema que surgiu através da realização de um curso chamado “Atuação em rede: Capacitação dos Atores Envolvidos no acolhimento, integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil¹” entre os dias 5 e 7 de junho de 2019, em Florianópolis (SC). Foram realizados treinamentos sobre a integração e a interiorização de refugiados e migrantes em Santa Catarina através de um simpósio, uma mesa-redonda e dez minicursos e oficinas.

No que tange os aspectos metodológicos, optou-se pela pesquisa explicativa qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi materializado em uma pesquisa de campo - que segundo Vergara (2019, p. 23) “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo” - através de dois questionários com questões semiestruturadas, tornando possível que os/as respondentes pudessem discorrer sobre as questões, quando houvesse interesse.

Foram realizadas pesquisas com jovens migrantes com idades entre 14 e 24 anos residentes ou domiciliados nas cidades de Florianópolis ou Chapecó, e com as entidades ou órgãos que atuam na perspectiva do acolhimento e atendimento ao migrante: Círculos de Hospitalidade (Florianópolis), Cáritas (Regional Santa Catarina), Organização pelos Imigrantes e Refugiados – OPIR (Florianópolis), Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado da Região Oeste de SC – GAIRF, Universidade Federal da Fronteira SUL (UFFS) e Centro de Atendimento ao Imigrante

¹A Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes é composta pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Conectas Direitos Humanos, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Defensoria Pública da União (DPU), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Missão Paz.

(CAI) de Chapecó. O motivo da escolha pelos municípios se deu por conta do alto número dessa população, que em partes se deve por ser capital e polo agroindustrial, respectivamente.

Importante destacar que por conta da pandemia da COVID-19, os questionários foram aplicados de maneira digital, mediante envio, por e-mail, aos participantes. O primeiro questionário contou com 6 (seis) respostas, sendo 27 envios. O segundo, enviado para 13 (treze) entidades ou órgãos que atuam na defesa, integração ou apoio a migrantes nas mesmas cidades resultou em 7 (sete) respostas.

O objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar os desafios enfrentados pela juventude migrante para a inserção formal no mercado de trabalho, caracterizar os jovens migrantes nas regiões em questão, compreender as dificuldades que perpassam a inserção formal no mercado de trabalho e identificar estratégias que possam contribuir com a inserção qualificada e formal de jovens migrantes no mercado de trabalho nas cidades de Florianópolis e Chapecó. Portanto, a análise dos dados será sistemática e subsidiada com as relações existentes entre esta e a revisão bibliográfica.

Após a coleta dos dados, foi possível avaliar as condições que favorecessem a elaboração de respostas para os objetivos do presente estudo e perceber pontos comuns e insólitos, haja vista a diversidade de opiniões, conforme aponta Gomes (2009, p. 79):

A dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor.

A escolha metodológica foi realizada levando em conta a possibilidade de se coletar dados empíricos no campo social. Por fim, a análise dos dados coletados foi realizada a partir da compreensão que os sujeitos pesquisados manifestaram em relação aos questionamentos, e para a interpretação dos dados é necessário que os compreenda a luz do referencial teórico. A busca da compreensão é necessária para exercitar o entendimento das contradições.

2. AS MIGRAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Os fluxos migratórios são fenômenos decorrentes do processo da globalização e atingem todos os continentes. Sujeitos migrantes estão em constante movimento e buscam melhorar a condição de vida para si e sua família, que em muitos casos, permanecem em seus países de origem e necessitam de auxílio financeiro para subsistência.

As migrações internacionais estão cada vez mais em voga e sendo discutidas em todo o mundo. De acordo com o relatório *World Migration Report 2022*, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), cerca de 281 milhões de pessoas são migrantes internacionais em 2021, o que equivale a 3,6% da população global – ou uma em cada 30 pessoas. Desse total, mais de 26 milhões são refugiados que tiveram de abandonar seus países por conta de conflitos armados, perseguições e violações de direitos, ou seja, migrantes forçados.

Segundo o mesmo relatório, os países que apresentam os maiores contingentes da população migrante, atualmente, são: Estados Unidos, Alemanha, Arábia Saudita e Rússia. Já Índia, México, China e Rússia são os países de onde emigram a maior parte dessa população. Percebe-se que a pandemia da COVID-19, que afeta o mundo, restringiu, mas não impediu a mobilidade humana, incluindo deslocamentos forçados internos, a situação precária e todas as demais condições de vulnerabilidade que acometem pessoas nessa condição.

De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa, a expressão “vulnerabilidade” refere-se à “qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável”. Quando o termo é aplicado ao conceito de migração, pode-se deduzir que o sujeito nessa condição é mais vulnerável enquanto tem mais possibilidade de ser ferido em suas dimensões constitutivas ou a causa de sua condição em uma realidade distinta da sua e na qual possui poucas relações pessoais, sociais e trabalhistas. É necessário compreender, que a vulnerabilidade não se refere à pessoa do migrante, mas à situação em que ela se encontra no ato de migrar. Conforme afirmado por Lussi e Marinussi (2018, p. 2), “por isso, é correto falar de “migrantes em situação de vulnerabilidade”, frisando que a vulnerabilidade não é uma característica inerente à pessoa migrante, mas à situação em que ela se encontra”. A pessoa migrante em situação de vulnerabilidade é um sujeito com características temporárias que tem reduzida sua autonomia, capacidade de ação e emancipação, assim como um nacional. São sujeitos que se encontram em condições de desamparo, pessoas fugindo de desastres naturais, de países em conflito, mulheres, crianças e outros, são mais prováveis de se enquadrarem na categoria de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade. Assim como em Conde (2007, p. 18), “o recorte

dessa pesquisa é um recorte de classe”, pois percebe-se a influência dos condicionantes históricos que o modo de produção/reprodução capitalista tem sobre a vida destes sujeitos.

Ainda segundo o relatório *World Migration Report 2022*, os movimentos migratórios oriundos da América do Sul de migrantes do Caribe, Ásia, África e das Américas vêm acontecendo há cerca de uma década, porém, aumentaram por conta dos impactos socioeconômicos, políticos e sanitários da pandemia. Segundo a OIM, caso não houvesse pandemia e as medidas adotadas buscando minimizar a disseminação do coronavírus (COVID-19), seriam 2 milhões de migrantes internacionais a mais no ano de 2020. A imagem abaixo mostra que muitos dos migrantes vulneráveis em trânsito são haitianos, bem como nacionais² de outros países do Caribe, Ásia, África e das Américas.

Figura 1 - Rotas de migração de haitianos identificadas nas Américas na última década



Fonte: OIM, 2021

²Segundo o Dicionário sobre Migração: Nacional é a pessoa que, através do nascimento ou da naturalização, é membro de uma comunidade política, devendo fidelidade a essa comunidade, gozando de toda a proteção e de todos os direitos civis e políticos; membro de um Estado que tem direito a todos os seus privilégios. Pessoa que goza da nacionalidade de um determinado Estado.

Embora a maioria dos países do norte global³ continue apresentando os melhores índices socioeconômicos, que em grande medida funciona como atrativo para migrantes, as possibilidades de acesso e permanência nestes lugares têm sido frequentemente reduzidas. As legislações mais restritivas nos países de destino e de trânsito⁴ dificultam cada vez mais o ingresso, bem como, a regularização de não-nacionais. Aqueles que conseguem se estabelecer em um novo país enfrentam, crescentemente, o racismo e a xenofobia⁵, que se somam aos desafios de uma nova vida no exterior.

Frente às dificuldades de acesso e de regularização da condição migratória nos países “mais desenvolvidos”, muitos migrantes têm redirecionado seus planos e migrado para países em desenvolvimento, que podem oferecer possibilidade de emprego e possuem legislações migratórias menos restritivas. O desempenho econômico de países como Índia, Arábia Saudita, África do Sul e Brasil, no início deste século, contribuíram para a geração de emprego e para a incorporação de um expressivo contingente de migrantes na força produtiva do mercado de trabalho. Durante o período de 2011 a 2021, ingressaram no território brasileiro 1,1 milhão de migrantes que são originários de mais de 190 países de todos os continentes, sendo os grupos mais expressivos os venezuelanos (representando 15,6% do total), haitianos, bolivianos, colombianos e chineses (OBMigra, 2021). Isso revela que o cenário migratório brasileiro na contemporaneidade é bem diferente daquele dos séculos anteriores, quando a migração europeia era predominante.

No amplo conjunto das migrações do Sul Global⁶ ganha evidência aquelas realizadas no interior dos continentes, principalmente entre países vizinhos. Apesar de os meios de

³Norte global é um termo utilizado em estudos pós-coloniais, transnacionais e altermundialistas que pode referir-se tanto ao primeiro mundo como ao conjunto de países desenvolvidos, ou seja, caracterizados pelas condições históricas de poder e acúmulo de riquezas.

⁴A OIM compreende o país de trânsito “aquele que é atravessado por fluxos migratórios (legais ou ilegais).”

⁵ A xenofobia é um fenômeno social muito presente ao longo de toda a história e vem ganhando destaque nos últimos anos em diversas partes do mundo. Se, no conceito psicológico, a xenofobia pode ser considerada como um medo ilógico do diferente e do desconhecido, sua aplicação mais comumente usada é no sentido social. A xenofobia é o preconceito, a aversão e a discriminação contra pessoas de diferentes culturas, etnias ou nacionalidades

⁶ O termo que designa o Sul Global faz menção aos países pobres do segundo mundo (países socialistas) e os países do terceiro mundo (com economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, isto é, os países do capitalismo periférico e dependente). (KREUTZ, 2021 p.59) O termo “Sul” [1] apareceu no vocabulário internacional em 1980 [2] e sua associação com o adjetivo “Global” ocorreu a partir do final da Guerra Fria, com a intensificação do discurso e das dinâmicas da Globalização (DIRLIK, 2007). Devido à referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é herdeiro do conceito de “Terceiro Mundo”, [3] atualmente em desuso. (BALLESTRIN, 2020.). São conhecidos por compor o Sul Global, por exemplo: sul-americanos, haitianos, senegaleses, congoleses, guineenses, bengalis, ganeses, paquistaneses, entre outros.

transportes percorrerem grandes distâncias em tempos cada vez menores, poucos são aqueles que podem utilizar desse recurso em seus trajetos migratórios. A migração para países vizinhos ou fronteiriços tende a ser mais baratas e de onde se pode regressar com mais facilidade. A presença dos venezuelanos, bolivianos e colombianos no Brasil revela essa predisposição. Assim como em outras partes do mundo, os migrantes encontram-se desigualmente distribuídos em território nacional. Quem chega ao Brasil, geralmente se desloca para as grandes e médias cidades, onde as oportunidades de emprego se concentram.

2.1 AS MIGRAÇÕES EM SANTA CATARINA

Santa Catarina é roteiro das migrações desde o século XVII por conta do tráfico negreiro e das migrações forçadas (PIAZZA, 1992). Porém, após a abolição da escravatura, as migrações estavam relacionadas a política de embranquecimento populacional, sobretudo, com a chegada de migrantes europeus (alemães, italianos, austríacos, poloneses e outros). Na contemporaneidade, as migrações internacionais se avolumaram e Santa Catarina permanece como destino para muitos indivíduos e suas famílias, especialmente na capital e nos municípios de Chapecó (agroindústria) e Criciúma (região carbonífera), por conta do volume na oferta de emprego.

Tabela 1 – Registros migratórios em 2019 e 2020

UF de registro	2019	2020	Var (%)
Roraima	28.821	5.931	-79,4%
São Paulo	20.200	4.644	-77,0%
Amazonas	8.778	2.492	-71,6%
Rio Grande do Sul	6.566	1.523	-76,8%
Paraná	5.677	1.974	-65,2%
Santa Catarina	4.958	1.934	-61,0%
Rio de Janeiro	4.802	1.163	-75,8%
Minas Gerais	3.477	979	-71,8%
Mato Grosso do Sul	1.347	480	-64,4%
Mato Grosso	1.146	338	-70,5%
Demais estados	8.187	2.204	-73,1%
Total	93.959	23.662	-74,8%

Fonte: OBMigra, 2021

Conforme a tabela acima, alguns estados tiveram quedas menores que a média no que se refere ao registro migratório - que é realizado a partir de dados da Polícia Federal - como é o caso do Paraná e de Santa Catarina, já que se tornaram residência de grande parte dos migrantes que chegaram nos fluxos recentes para o Brasil, em particular dos haitianos. Os registros migratórios dão uma proporção do impacto da pandemia na migração para o Brasil, sobretudo no que se refere à Santa Catarina (Relatório Anual do Observatório das Migrações, internacionais, 2020).

É importante observar a característica dos povos que formam os fluxos migratórios. Em Santa Catarina, o número expressivo vem sendo de haitianos e venezuelanos, seguido de senegaleses, paraguaios e uruguaios. A população vinda do Haiti, majoritariamente, adentra o país pelo estado do Acre, onde recebe atendimento e visto humanitário. Normalmente partem do Acre para os demais estados do país, e Santa Catarina e São Paulo são os destinos mais frequentes. (THOMÉ, 2015).

Na configuração geopolítica do capital, os movimentos migratórios se constituem de trabalhadores e trabalhadoras expropriados fugindo dos campos para as cidades tentaculares com sua fascinação e repulsa; migrantes fugindo das perseguições políticas e étnicas; migrantes fugindo de países esgotados por conflitos forjados pelos mercadores de armas e da descomunal violência das guerras tramadas e provocadas pelo capital-imperialista; migrantes fugindo da condição de pobreza, fome, desemprego e desproteção social cominadas. “São os fugitivos do capitalismo, as vítimas do capital. Pessoas que se transformam em números, estatísticas”, quando “[...] andar pelo mundo deveria ser uma escolha e não a única alternativa para seguir vivo”. (KREUTZ apud. TAVARES, 2019, não paginado)

Os movimentos migratórios formam uma importante expressão da questão social, conforme aponta Montañó (2012) “é um fenômeno próprio do modo de produção capitalista inerente à relação capital trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes”, que envolve grupos sociais específicos e que demandam atenção dos governos, estados e municípios, haja vista os riscos de exploração do trabalho a que estão sujeitos, agravados pela barreira linguística, cultura diversa, preconceitos, xenofobia⁷ e outros. A migração no contexto do capitalismo e da onda neoliberal é um reflexo da urbanização, da industrialização, dos fenômenos climáticos, das disputas pelo poder, ou seja, é uma expressão da questão social.

O modo de produção capitalista exige, para sua manutenção, a existência de excedentes de trabalhadores para a viabilização da expansão da produção. A mão-de-obra excedente existe no sentido de favorecer a reprodução do capital. Na realidade, a migração se constitui como um movimento “necessário” ao desenvolvimento capitalista. (ROSSINI, 1986, p. 578).

Em se tratando especificamente de Florianópolis - recentemente considerada metrópole pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) –, o número de jovens com idades entre 14 e 24 anos, segundo base do Cadastro Único da Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao mês de agosto de 2020, é de 322. Destes, 37% vieram da Venezuela, 35% da República do Haiti e os demais de outros países como Argentina, Paraguai e Uruguai. (Florianópolis, 2020). Em Chapecó, Haiti e Venezuela, igualmente, são as nacionalidades que mais chegam no município. Entretanto, não foi possível levantar dados exatos já que o município não possui as informações. Porém, de janeiro a setembro de 2021, a Secretaria de Assistência Social, por meio do Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI),

realizou 2.781 atendimentos nas diversas demandas, dentre elas: acolhimento, encaminhamento para orientação jurídica, orientação a respeito de benefícios socioassistenciais e a postos de trabalho. Dessa forma, a temática das migrações tem se inserido com maior força nas diferentes demandas dos municípios e entidades governamentais e não-governamentais, que de alguma forma prestam serviços de acolhimento, integração e defesa de direitos destes sujeitos.

O perfil da população que chega ao Brasil é majoritariamente jovem, em idade ativa para o trabalho. Em 2010, por exemplo, 23,3% dos migrantes tinham entre 20 e 34 anos, enquanto, em 2017, esse número subiu para 44,1%. Em relação à distribuição por sexo, a população migrante no mercado de trabalho é majoritariamente masculina. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, CAVALCANTI E GUEDES, 2019).

Os migrantes haitianos começaram a chegar no Brasil no ano de 2010 devido a um terremoto que devastou o país e, conseqüentemente, causou o deslocamento em massa dessa população que buscava melhores condições de vida. No ano de 2011, o Haiti era a nação mais pobre da América Latina: quase 80% dos habitantes viviam com até 2 dólares por dia, aproximadamente 60% estava em situação de subnutrição e o índice de desemprego atingia vultosos 70% (Instituto Migrações e Direitos Humanos; Conselho Nacional de Refugiados, 2011). Segundo o jornal NSC Total: “não há um cadastro oficial de todos os migrantes que moram em Santa Catarina atualmente, mas somente no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo do Estado, 5.762 estrangeiros estão cadastrados atualmente (PARAIZO, 2019).

2.2 QUEM SÃO OS SUJEITOS MIGRANTES

Mesmo com os limites impostos pela socialização, o jovem se constitui de fato um ator social, que não apenas reelabora os saberes conquistados durante a prática social e escolar, mas também contribui para a construção da sociedade, haja vista que é um ser social. Por isso, a inserção de jovens das camadas populares é marcada pela incompletude, fazendo com que estes e suas famílias busquem meios de superar situações de exclusão social e econômica, fazendo com que a realidade migratória seja uma constante e as situações de vulnerabilidade se avolumem. Fatores de identidade intersetoriais, como sexo, gênero, raça, etnia e deficiência intelectual ou física, e condição socioeconômica podem agravar a vulnerabilidade dos jovens (a exemplo dos jovens sem moradias, desempregados, sem educação superior ou treinamento e ainda, jovens migrantes). Somado ao contexto pandêmico, os governos têm a missão de reduzir o impacto das medidas de segurança e mitigação da pandemia e devem, igualmente, evitar o aumento das desigualdades sociais.

Os migrantes venezuelanos, após o aprofundamento da crise venezuelana em 2017 e 2018, chegam no país pela capital de Roraima (Boa Vista), são abrigados em centros de acolhimento, recebem orientações sobre documentação e de lá, muitos partem para outros estados brasileiros. O Estado Brasileiro implantou algumas estratégias de acolhimento emergencial, dentre elas a Operação Acolhida⁸, criada em março de 2018, cuja iniciativa do Governo Federal, coordenada pela Casa Civil, é baseada em três pilares: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização.

Somado ao fato de ser migrante, os jovens vêm contando com uma barreira que vem sendo aprofundada no contexto da pandemia do novo coronavírus. Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmam que os impactos causados pela pandemia na população jovem, no que tange a inserção no mercado do trabalho, poderão debilitar o potencial produtivo da geração que está entre os 18 e 29 anos. A OIT afirma ainda que a pandemia corroborou desigualdades que já existiam, de forma sistemática e profunda capaz de potencializar a fragilidade e a insegurança (VALENTE, 2020).

Nota-se que o cenário da pandemia está causando um triplo choque na população jovem, pois não só destrói o seu emprego, mas também a sua educação e sua profissionalização, colocando

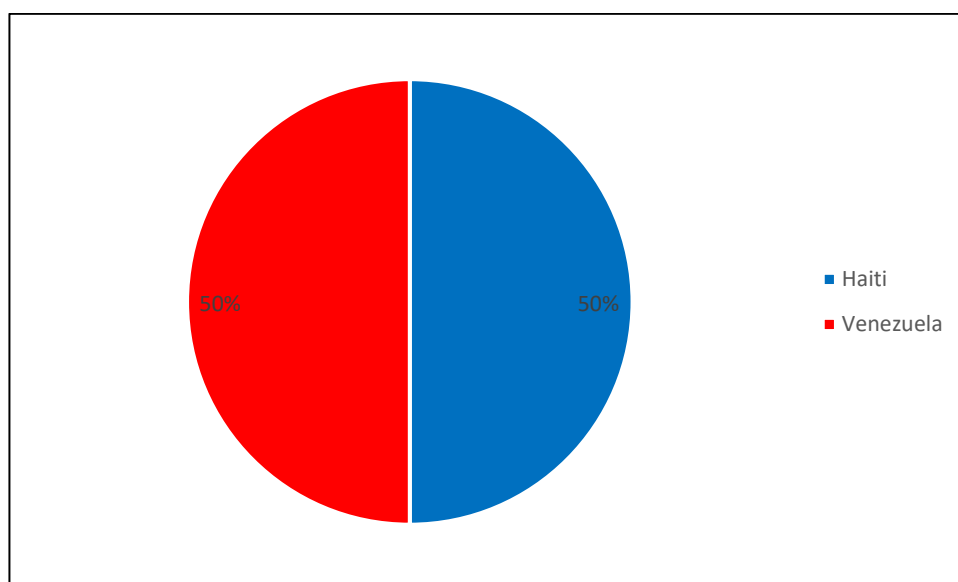
⁸Em 2019 foi estabelecida a Operação Acolhida, com um novo Decreto de “governança” dirigida aos/as migrantes venezuelanos/as. Regulamentado pelo Decreto Nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, foi instituído o Comitê Federal de Assistência Emergencial, coordenado pela Casa Civil e, ainda, quatro Subcomitês Federais vinculados: 1) Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; 2) Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; 3) Subcomitê Federal para Interiorização e; 4) Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes (BRASIL, 2020c).

grandes obstáculos no caminho de quem procura entrar no mercado de trabalho ou mudar de emprego (OIT, 2020b).

A crise da pandemia no Brasil, em termos de impacto sobre o mercado de trabalho a partir de medidas para conter a disseminação do vírus - através do distanciamento social –, gerou uma crise econômica sem precedentes na história recente, pois afetou, sobretudo, os trabalhadores informais, dentre eles, muitos migrantes. Ou seja, é possível afirmar que estes sofreram perdas maiores, pois se encontram em situações mais frágeis no mercado de trabalho.

A pesquisa realizada para o presente Trabalho de Conclusão de Curso mostra que 50% dos respondentes migrantes que chegaram a Florianópolis e Chapecó vieram da Venezuela e os outros 50% do Haiti. Destes, 67% chegaram ao Brasil acompanhado dos pais e irmãos e 33% vieram sozinhos.

Gráfico 1 – Nacionalidade dos respondentes migrantes



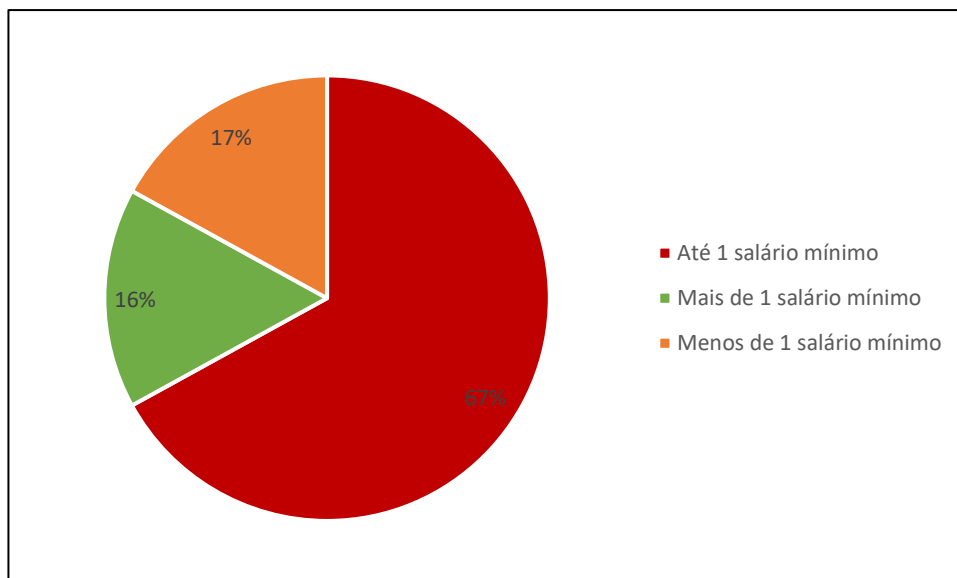
Fonte: elaborado pela autora

Ainda segundo os dados desta pesquisa, 67% informou ter renda familiar de até 1 salário mínimo⁹, o que equivale a parte mais expressiva dos respondentes; 17% recebe menos de um salário mínimo e apenas 16% recebe mais de um salário mínimo, o que mostra que a pauperização é uma característica importante no que se refere à população de jovens migrantes que chega nestas cidades. Os baixos rendimentos possuem relação com mudanças estruturais diante da entrada deste novo perfil de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho e podem

⁹No ano de 2020, o valor do salário mínimo era de R\$ 1.039,00, e em 2021 passou a ser de R\$ 1.192,40.

ser confirmadas pela baixa remuneração e vinculadas ao baixo nível de escolarização, conforme poderemos verificar nas informações a seguir.

Gráfico 2 – Renda Familiar Mensal

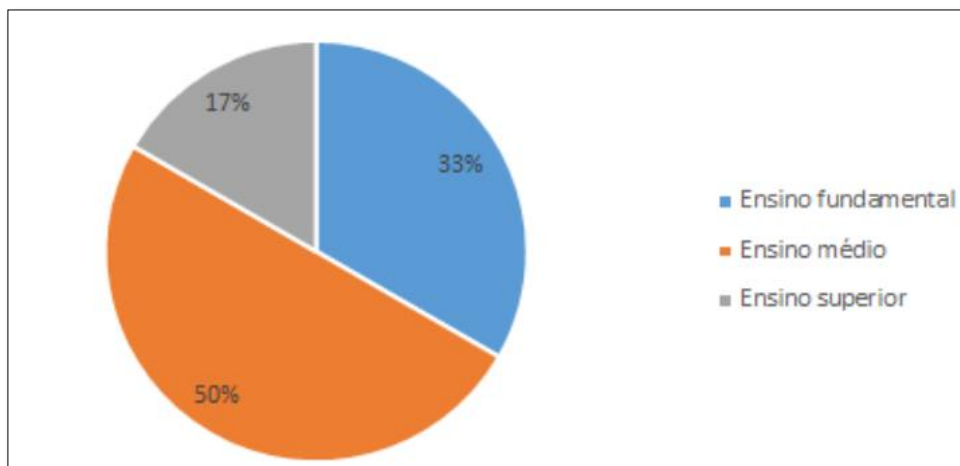


Fonte: elaborado pela autora

Outro dado importante a se acrescentar é que 50% dos respondentes migrantes informou ajudar na renda da família mesmo recebendo baixos salários, outros, recebem ajuda de vizinhos, amigos ou das próprias entidades que prestam serviço de acolhimento e atendimento.

No que diz respeito ao nível de escolarização dos respondentes migrantes (gráfico 3), pode-se observar que o perfil educacional é o de migrantes com ensino médio (que equivale a 50% dos respondentes), seguido de 33% com nível fundamental e 17% com ensino superior.

Gráfico 3 – Escolaridade



Fonte: elaborado pela autora

Ademais, 83% estão desempregados, enquanto 17% estão empregados, sendo que todos os respondentes com formação superior (ou cursando) encontram-se empregados. Portanto, pode-se verificar que o nível de escolarização possui rebatimentos em questões de rendimento e nas condições para inserção formal no mercado de trabalho, já que o trabalhador vem sendo cada vez mais requisitado por sua formação e polivalência, restando aos trabalhadores com baixa escolaridade, cargos mais baixos, com grandes chances de exploração de mão-de-obra e baixos rendimentos.

3. MERCADO DE TRABALHO E MIGRAÇÃO

A Agência das Nações Unidas para as migrações é uma organização intergovernamental mundial atuante na temática migratória e defende:

Ainda que a busca por trabalho não seja o principal motivador para a imigração, ele comumente está associado a esse processo. Considerar o trabalho decente como fator central para a migração é essencial para mitigar o estresse fiscal, limitar choques macroeconômicos, estabilizar e apoiar o desenvolvimento de longo prazo, aliviar as pressões do mercado de trabalho e promover modos de vida sustentáveis, que aproveitem as capacidades produtivas dos migrantes e seus anfitriões.

Quando nos referimos à população migrante, no que tange a contratação, esta não provoca ações de fiscalização diferentes das que existem nas leis trabalhistas e de segurança do trabalho brasileiros. O ponto de atenção deve ser a documentação que o migrante apresenta e que varia de acordo com o *status* migratório. Migrantes que possuem residência temporária ou permanente e refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados¹⁰ (CONARE) possuem a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), e equivale ao RG (registro geral) brasileiro. Já os solicitantes de refúgio e os solicitantes de residência possuem um protocolo temporário de residência. Tanto a Carteira de Registro Nacional Migratório quanto o protocolo são documentos oficiais e válidos em todo território brasileiro.

De acordo com uma pesquisa coordenada pelo Dr. Leandro de Carvalho (CARVALHO, 2017), intitulada “*Inserção Produtiva e Social de Refugiados no Brasil*”, apenas 13,6% dos profissionais de recursos humanos respondentes sabem que a contratação de migrantes possui as mesmas características da contratação de brasileiros. Entre os respondentes da pesquisa do Dr. Leandro, 63,2% acreditava que os procedimentos eram mais complexos. Por isso, conhecer a legislação auxilia a desmistificar paradigmas que impedem o acesso ao mercado formal de trabalho e a contratação de migrantes. A maneira de atuação e de socialização da informação e as boas práticas nas empresas estão diretamente ligadas à forma como elas atuam e destinam recursos no desenvolvimento de atividades sociais e aos seus valores. O acolhimento da diversidade bem como a socialização da informação são fatores que estimulam a criatividade e a pluriculturalidade, já que inserir experiências e culturas diversas nas empresas podem possibilitar o enriquecimento nos processos ou otimizar os que já existem.

¹⁰ O CONARE é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

Reconhecer a relevância que os fluxos migratórios assumem ao longo dos anos, bem como a sua influência para a transformação do perfil migratório é necessário para compreender como pessoas migrantes se inserem na dimensão formal e informal do mercado de trabalho. O mercado de trabalho sempre esteve ligado à forma de organização social de produção, imbricado com a articulação nas diversas esferas políticas, econômicas, culturais e geográficas, e mesmo ao longo das transformações nas últimas décadas, é o trabalho e todas as suas protoformas que estão no centro do sistema capitalista, é ele o responsável pelos preços, ciclos econômicos e condições de vida (ANTUNES, 1997).

Com todas as metamorfoses nas formas de agregação ao trabalho, esta categoria sofreu e ainda sofre mudanças, de modo que mesmo o trabalhador estando em relações formais de emprego, pode estar precarizado. Ainda assim, estes níveis de formalização de emprego seguem sendo importantes para medir as condições de trabalho da população, sobretudo, por serem um parâmetro de análise entre as correlações de força entre capital e trabalho, também por estabelecer condições mínimas de direitos aos trabalhadores. Por isso, é fundamental que análises sobre o tema considerem configurações do sistema capitalista contemporâneo para que se possa definir seu movimento, seus impactos no mercado de trabalho e, de que forma ele interfere na vida da sociedade.

Além do impacto direto nos fluxos migratórios, a pandemia afeta a vida dos migrantes em território brasileiro através do mercado de trabalho, muito afetado pela disseminação do vírus e pelas políticas de isolamento social. Ainda que diferentes setores tenham sido afetados de maneiras distintas, o impacto agregado no mercado de trabalho brasileiro foi e tem sido muito forte.

O mercado de trabalho para os migrantes encontrava-se em um bom momento antes da pandemia. Nos dois primeiros meses de 2020 – antes, portanto, da entrada em vigor da maior parte das políticas restritivas relacionadas à contenção da doença – o volume de admissões de migrantes foi maior em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto que o volume de demissões foi menor, resultando em saldos positivos de movimentação de quase o dobro do que se observava no anterior. Parte significativa do elevado volume de fluxos de migração para o Brasil observado em 2019 se converteu, no início de 2020, em uma melhor integração ao mercado de trabalho formal (OBMigra, 2021)

Segundo Relatório Anual do Observatório das Migrações (2020), considerando que menos migrantes chegaram ao país em 2020 em comparação com 2019 (como mostrou a tabela 1 - Registros migratórios em 2019 e 2020), sugere-se que o impacto da pandemia na população migrantes no mercado formal de trabalho parece ter sido forte, mas de curta duração, ainda que os números não tenham retornado ao patamar observado em 2019. O estudo mostra que esses grupos foram relativamente menos afetados, porém, não é correto afirmar que não houve

consequências no que diz respeito a inserção formal no mercado de trabalho por migrantes durante o período de pandemia. Importante mencionar que os dados do Observatório das Migrações provêm de fontes oficiais do Governo Federal, que vem utilizando do “controle territorial e fronteiriço para garantir certa coesão do território nacional e a manutenção das elites burocráticas no poder do estado” (CLIMACO, 2020).

3.1 O MERCADO DE TRABALHO E A MIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA

Mesmo com uma consistente formalização do emprego em Santa Catarina nos últimos anos, através da valorização do salário mínimo e da elevação do poder de compra dos trabalhadores, a pandemia trouxe desafios para uma grande parte da população que se viu desempregada, o que implicou a continuidade da penetração de formas flexíveis de organização do trabalho - o trabalho informal - que assola grande parte de trabalhadores e trabalhadoras, e nesse caso, atinge igualmente, a população migrante que se encontra diante de uma crise global, principal responsável por degradar uma possível conjuntura favorável que sustentava os bons indicadores do mercado de trabalho em Santa Catarina, sobretudo nas cidades de Florianópolis e Chapecó.

Dentre os participantes da pesquisa para a elaboração do presente trabalho, enquanto entidades/órgãos de atendimento ao migrante, o Centro do Atendimento ao Imigrante (CAI), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Chapecó, informou que, durante os meses de janeiro a setembro de 2021, realizou 329 atendimentos de acolhimento, 438 de orientações gerais e 1.399 atendimentos com o objetivo de encaminhamento ao mercado de trabalho a migrantes. Destaca-se, portanto, o número expressivo de migrantes que buscou o centro de atendimento para encaminhamento ao mercado de trabalho, comprovando que “com particularidades adquiridas ao longo do tempo e espaço, o trabalho é atividade necessária à produção de condições e bens materiais imperativos e socialmente necessários à produção e reprodução da vida humana” (KREUTZ, 2021). Em Florianópolis não foi possível identificar os números de atendimentos a migrantes, já que não há um centro de atendimento especializado para essa população e a Secretaria Municipal de Assistência ou a Prefeitura não possuem a contabilização destes atendimentos.

O Relatório Anual do Observatório das Migrações traz que mesmo com a redução no número de inserção laboral em 2020, em meio a pandemia, onde esperava-se que não houvesse crescimento, no que diz respeito a situação de migrantes, estes possuem inserção ocupacional específica, o que ajuda a explicar o crescimento do número de trabalhadores, em especial haitianos e venezuelanos, na ponta da cadeia do agronegócio, sobretudo nas atividades de abate de suínos e de frango. Tais atividades, de certa forma, foram beneficiadas pela desvalorização comercial e por conta do processo de recuperação das economias centrais, que impactaram no aumento da produção e na exportação destes produtos. O agronegócio é um dos setores que mais emprega migrantes, sobretudo, no oeste catarinense, é uma cadeia que sustenta cerca de

meio milhão de pessoas em Santa Catarina e representa mais de 30% de todo o PIB (produto interno bruto) do estado.

Vale mencionar, no que diz respeito ao percentual dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal nacional, houve uma queda na região Sudeste do país que em 2011 representava 67,9% de todos os trabalhadores migrantes e caiu, em 2020, para 37,5%. Em contrapartida, houve um aumento na região Sul, que chegou a 46,2% dos trabalhadores em 2020. Esse crescimento vem acontecendo desde 2011, o que caracteriza um deslocamento da força produtiva, especialmente nesse período, dos haitianos para a região Sul, onde há um número significativo de frigoríficos, que vem absorvendo estes trabalhadores. Portanto, Santa Catarina foi o estado que mais recebeu trabalhadores migrantes entre os anos de 2011 e 2020, o equivalente a quase 30% do total de trabalhadores migrantes que chegaram no país e se deslocaram para o estado. Além de Santa Catarina, Paraná, Rio grande do Sul e São Paulo foram os que mais ofereceram residência e oferta de trabalho para estes trabalhadores, ou seja, há uma grande concentração na inserção de migrantes no mercado de trabalho nestes estados (OBMigra, 2020).

3.2 OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

É possível afirmar que são vários os desafios impostos quando se trata de um tema com tantos tabus, como é o da migração. Um dos maiores desafios consiste em transformar os compromissos assumidos na Lei de Migração¹¹ em práticas sociais condizentes com a articulação proposta na lei, levando em consideração toda a síntese das contradições, conflitos e antagonismos presentes no século 21 e ampliados em meio ao contexto pandêmico, especialmente quando trata-se de inserir, formalmente, pessoas migrantes no mercado de trabalho. Em tempos de crise, de desemprego estrutural generalizado, acentuando o irracionalismo e os subjetivismos, o preconceito contra migrantes assume dimensões espantosas e configura-se como expressão das relações sociais de classe entre trabalho e capital. Podemos destacar, dentre estes desafios, a xenofobia e o preconceito, o racismo, o desconhecimento da legislação e as barreiras linguísticas.

Vale evidenciar ainda uma das características fundamentais do Brasil, que é a miscigenação da população e que por muito tempo negou-se a existência de preconceito racial e difundiu ideias de que vigorava uma democracia racial¹². Porém, o preconceito contra pessoas negras, sobretudo, é um dos vestígios deixados pelos séculos de escravidão que existiram no Brasil, sendo facilmente notória em instituições, culturas e na sociedade, embora apenas nas últimas décadas tenham sido criados mecanismos para combatê-lo. Nessa perspectiva, aquele/a que é negro/a e migrante, concomitantemente, se encontra em situação desfavorável e está sujeito a todas as formas de discriminação e exclusão, dentre elas a xenofobia e o racismo. Nesses casos é imprescindível que se utilize não só de formas de combater a xenofobia, mas também daqueles que objetivam findar com o racismo e com qualquer tipo de intolerância, com todos os instrumentos disponíveis e que tenham previsão específica quanto aos indivíduos

¹¹A Lei de Migração é um dispositivo criado em 2017 que sucede o ultrapassado Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) haja vista que até então a migração internacional no Brasil era regulada por normas legais implementadas no período do Regime Militar. A Lei de migração versa sobre as diretrizes legais de acesso aos direitos e às políticas públicas de migrantes em território brasileiro, reconhece o migrante como sujeito de direitos, portanto, com direito de acesso igualitário e livre a bens públicos, educação, assistência jurídica integral e pública e outros. Garante ao migrante o direito à mobilização social, que antes era impedido no Estatuto do Estrangeiro; também reconhece o direito à reunião familiar, cônjuge ou companheiro sem discriminação alguma, filho de migrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro e ainda, ratifica as disposições na Constituição de 1988, que determina que não haverá extradição por crime político ou de opinião, da mesma forma como proíbe que refugiados ou asilados sejam extraditados.

¹²A democracia racial freyriana seria uma reconstrução fantasiosa do passado nacional, uma ideologia de falsa ilusão definida pela “ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (HASENBALG, 1979).

oriundos de outros países, como é o caso da Lei de Migração (Lei 13.445/17) que prevê a não discriminação.

O resultado da pesquisa feita para este Trabalho de Conclusão de Curso mostra que 71% dos respondentes, representantes das entidades, acreditam que jovens migrantes deixam de ser contratados por preconceito, sobretudo, pela xenofobia. Além disso, 86% afirmou que, quando inseridos no mercado de trabalho formal, migrantes ocupam posições subalternas. Essa população de trabalhadores é o que Marx (2017) classifica como superpopulação relativa estagnada, “que se refere àquela parte do exército ativo de trabalhadores/as [...] com ocupação ou atividade totalmente irregular e desprotegida”.

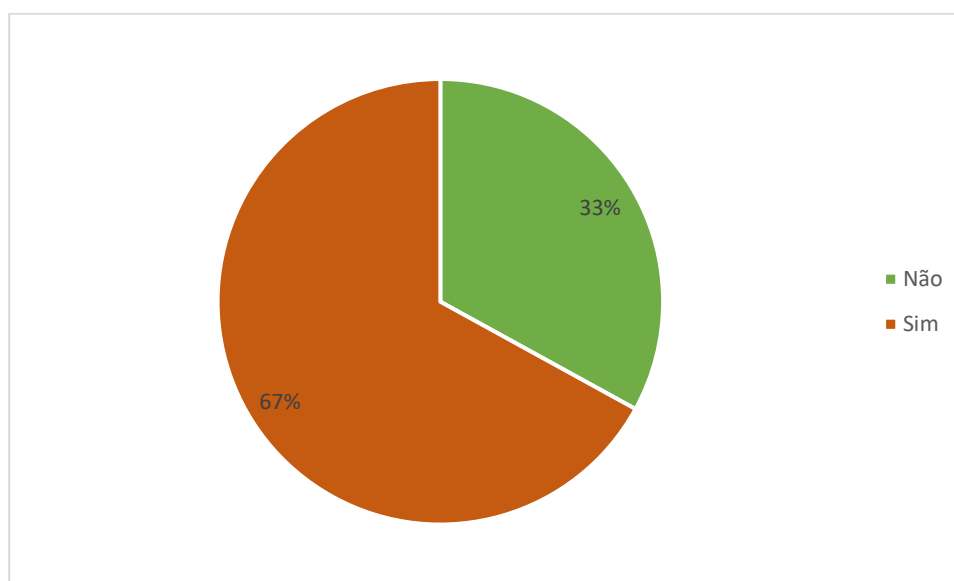
Desse modo, a superpopulação estagnada “[...] proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital” (MARX, 2017a, p. 718). A camada mais baixa da superpopulação estagnante é situada por Marx (2017a) na “esfera do pauperismo”.

Além das dificuldades postas pela própria ação migratória e pela mudança cultural, migrantes e refugiados sofrem com o racismo e a xenofobia, que impedem ações que efetivamente reconheçam a liberdade associada à expansão e a consolidação da cidadania, defendendo o aprofundamento da democracia, “como consequência do progressivo aumento do desemprego mundial, a maior parte tem acesso a empregos instáveis, sem proteção social e com baixos salários” (DUPAS, 1998). Desta forma, ocorrem longos períodos de desemprego e de precariedade laboral. Segundo Freitas (2014):

Na América Latina e Caribe, Martínez analisou as migrações internacionais de jovens e sustenta que tanto na migração intrarregional [...], a maior parte dos migrantes jovens se encontram em situações de risco e vulnerabilidade. Estas circunstâncias obedecem às condições complexas em que esta população se encontra no âmbito educativo e laboral, bem como, algumas vezes, ao rápido trânsito à vida adulta e aos sentidos traumáticos decorrentes dessas experiências.

Ainda segundo a pesquisa proposta para a elaboração deste trabalho, 67% dos/as respondentes migrantes afirma já ter passado por situações de preconceito, enquanto 33% afirma nunca ter enfrentado e para demonstrar essa discussão apresentamos o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Já sofreram preconceito



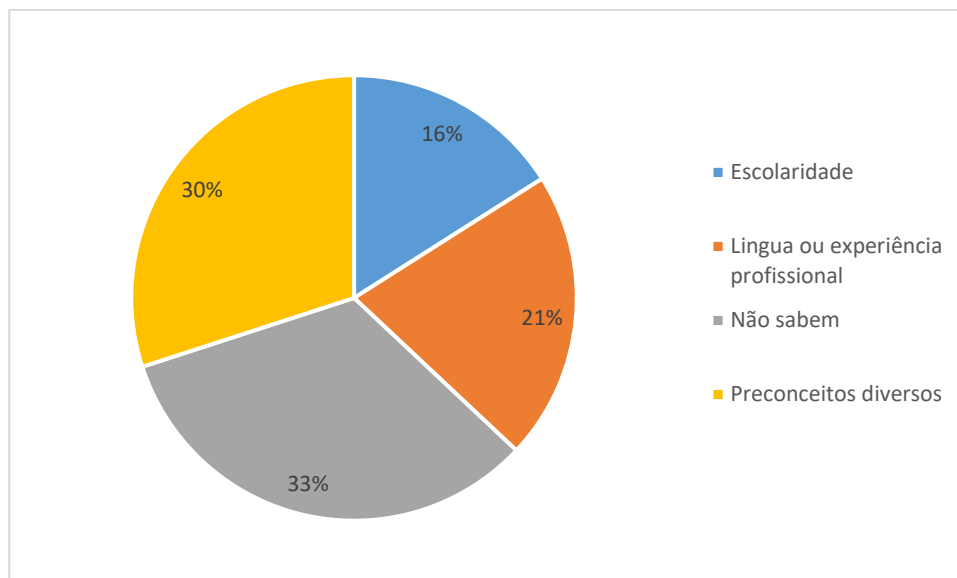
Fonte: elaborado pela autora

Destaca-se que somente 29 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado um novo marco legal das migrações, fundado, em grande medida, na garantia e nos direitos dos migrantes, a Lei 13.445 de 2017, na qual evidencia-se o art. 3º e o repúdio à xenofobia e à discriminação e a não criminalização da migração. O art. 4º prevê a condição de igualdade entre nacionais e migrantes e a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Dessa forma, os artigos 3º e 4º, por si só, proporcionam uma inegável ideia de mudança em relação ao que se tinha até então, que era o Estatuto do Estrangeiro, de caráter anacrônico haja vista que suas dimensões social e política se mostravam contrárias às do espírito do Estado Democrático de Direito, uma vez que seu arcabouço legal foi baseado na segurança nacional, oriundo do período do Regime Militar no Brasil.

No que se refere à presença de jovens e adolescentes migrantes nos quadros laborais, é possível identificar dificuldades impostas pelas empresas que ainda não trabalham a diversidade sob o aspecto dos migrantes por conta da falta de conhecimento das legislações vigentes que amparam o migrante e defendem o acesso igualitário e livre ao trabalho. Dentre as barreiras enfrentadas para a inserção ao mercado de trabalho de jovens e adolescentes migrantes estão o preconceito¹³ (30%), a dificuldades com o idioma e/ou a falta de experiência profissional (21%), qualificação ou escolaridade “insuficientes” (16%), já os demais responderam não saber (33%).

¹³ O contexto de preconceito trazido nesta pesquisa é sinônimo à xenofobia.

Gráfico 5 – Principais barreiras encontradas para inserção no mercado de trabalho



Fonte: elaborado pela autora

Outro desafio enfrentado é relativo à especialização em uma função ou área de conhecimento. No Brasil, essa especialização é focada em uma formação específica ou em uma área, já em outros países, é focada na formação multidisciplinar e no desempenho em diversas áreas enquanto trabalhadores de uma empresa ou órgão. Dessa forma, algumas empresas precisarão atentar-se para a adaptação destes profissionais de forma mais cuidadosa, sendo necessária a implantação de ações afirmativas para a inclusão e mudança de cultura corporativa afim de garantir a permanência dos trabalhadores migrantes, e de impedir a manutenção e a geração de preconceitos (OIM, 2018, p. 27).

A situação é complexa quando se trata de jovens e adolescentes migrantes, pois, além de serem sujeitos na condição de pessoa em desenvolvimento, percebe-se uma dificuldade de promover a integração no mercado de trabalho de acordo com as expectativas de vida e experiências anteriores destes sujeitos. É importante compreender a conjuntura de vida de jovens e adolescentes, uma vez que não se tem apenas uma juventude, mas juventudes que se expressam de maneiras diversas, de acordo com o contexto e a realidade social.

Para que este acesso seja assegurado é necessário que o migrante tenha entrado regularmente no país e tenha documentação regular, o que deve ser promovido pelo Estado. Entre a documentação regular está a obtenção de visto para o trabalho. A Lei de Migração afirma que o migrante não pode trabalhar no Brasil sem ter visto específico para o trabalho. (OIM, 2018, p. 23).

Percebe-se ainda a dificuldade para validação de diplomas estrangeiros para o reconhecimento de habilidades, já que o Brasil não possui acordo de validação ou

reconhecimento de diplomas de nível superior com nenhum país. Dessa forma, o processo se torna burocrático para que o reconhecimento de diplomas estrangeiros possa ser feito no Brasil. Assim, Estado e sociedade perdem a oportunidade de inserir profissionais qualificados que podem contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

Questões burocráticas são frequentemente abordadas no que se refere aos obstáculos para a inserção laboral de migrantes: são relativas à documentação e abertura de contas bancárias que podem dificultar o processo de inserção no mercado formal de trabalho de jovens e adolescentes migrantes, caso não haja conhecimento sobre as informações necessárias. Dessa forma, reitera-se que a disseminação de informações e conhecimentos relativos aos trâmites burocráticos pode ter um papel fundamental na garantia e efetividade dos direitos e engajamento na questão das migrações. Ademais, uma maior integração entre as políticas públicas respectivas à temática e demais iniciativas (públicas e privadas) também proporcionariam melhor acolhida e preparo dos/as/es migrantes para o acesso ao mercado de trabalho.

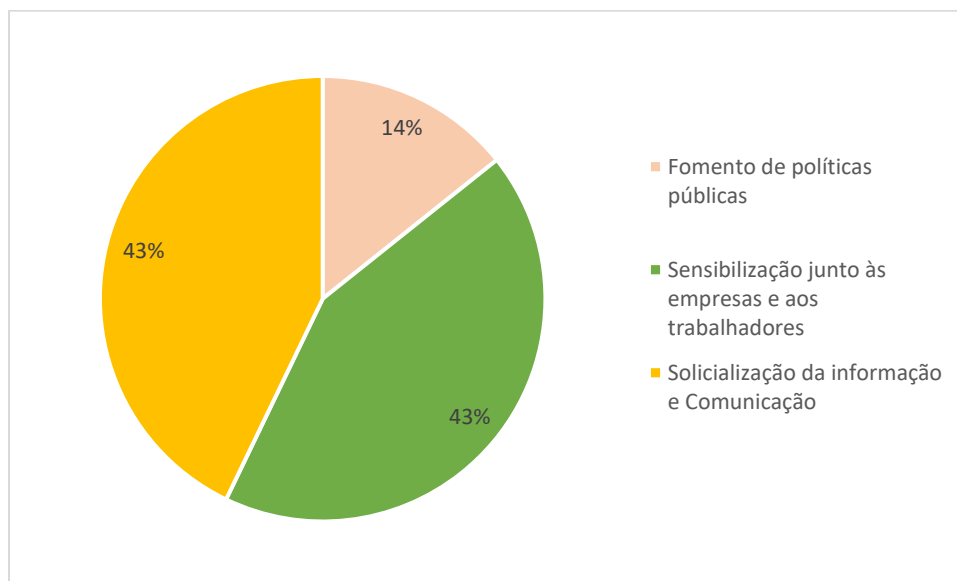
3.2 POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

O acesso ao mercado de trabalho acontece acompanhado por uma luta contra preconceitos, contra as altas taxas de desemprego e exclusão social, resultados de uma sociedade periférica e dependente do sistema capitalista mundial. Nesse sentido, a questão social se expressa nas condições socioeconômicas de grande parte da população, nas mudanças que ocorrem no mercado do trabalho e nas novas exigências para acesso ao emprego formal.

A presente pesquisa para a elaboração deste trabalho mostra que dentre as possíveis estratégias para a inserção formal no mercado de trabalho em Santa Catarina, segundo os respondentes inseridos nos órgãos/entidades de acolhimento e atendimento, estão, conforme gráfico abaixo: a disseminação de conhecimento sobre as legislações vigentes no tocante à temática migratória para empresas e trabalhadores, bem como a valorização da socialização da informação e a sensibilização junto às empresas para que ofertem vagas nos seus quadros laborais específicos para esta população, assim como treinamentos de empresas e seus trabalhadores e o fomento de políticas públicas.

Para que se possa enfrentar tamanhas desigualdades e estimular mudanças são necessárias políticas públicas efetivas, capazes de serem executadas. Para construí-las se faz necessário conhecer a realidade que se deseja transformar e para isso, é imprescindível que ações governamentais (tanto a nível micro quanto macro) dialoguem de maneira contínua com as demandas e dinâmicas da população que busca atender. Reconhecer essa população como agentes ativos nas transformações da cidade em suas diversas esferas também é importante. Para isso, buscando tornar tais iniciativas aplicáveis é necessário desenvolver espaços de diálogo com participação social e transparência, a fim de ouvir e conhecer as demandas dessa população.

Gráfico 6 – Possibilidade e estratégias



Fonte: elaborado pela autora

No estado e municípios percebe-se a ausência de treinamento e capacitação dos trabalhadores, em especial, nos principais pontos de atendimento, acolhimento e encaminhamento desta população. No que diz respeito à socialização da informação ainda é falha a discussão sobre estratégias de desenvolvimento econômico e social para enfrentar os enormes desafios neste cenário de desigualdade e segregação. Na medida em que estas discussões se ampliam e resultarem em ações efetivas e no fortalecimento de políticas públicas, ampliando o acesso formal ao mercado de trabalho e beneficiando as famílias vulneráveis, será possível ampliar as possibilidades de inclusão produtiva, com um sistema de proteção social mais coeso.

Porém, o que nos parece é que os debates políticos ainda estão muito atrelados às disputas internas sobre responsabilidade fiscal e ganhos de popularidade em termos eleitorais. Contudo, é importante destacar que nas cidades do presente estudo, a quantidade elevada de indústrias, empresas e a necessária mão de obra oferecem uma gama de serviços produtivos e, conseqüentemente, tornam esses centros atraentes do ponto de vista da produção e do consumo, fazendo com que as oportunidades para a inserção no mercado de trabalho se avolumem e ao mesmo tempo as formas de exploração e precarização também aconteçam.

É importante destacar que não existe parte prejudicial para as empresas no que se refere à contratação de migrantes, porém, há a necessidade de adaptar o ambiente e os trabalhadores

para receber a diversidade e as possíveis barreiras (linguísticas, de preconceitos e cultural) que possam surgir.

É necessário preparar as empresas com comunicação e treinamento, fazendo jus ao discurso de desenvolvimento responsável (econômico, social e político), que se tornou tema de diversos debates, tanto no contexto nacional como também mundial por conta da exploração desenfreada do homem com a natureza e com o próprio homem; bem como também se faz necessária a atuação dos/as/es trabalhadores migrantes para que possam se adaptar à nova realidade, diferente do que era vivenciado nos seus países de origem.

Políticas públicas acompanhadas de ações de estados e municípios adequadas à migração podem contribuir para o acolhimento e a inserção de jovens e adolescentes migrantes ao mercado de trabalho, além de auxiliar no combate de desafios impostos pela sociedade e que muitas vezes acontecem por falta de conhecimento da legislação e dos direitos que estão amparados em lei. Reconhecer estes desafios pode contribuir para a reflexão de possibilidades e estratégias visando a emancipação e o desenvolvimento pessoal e profissional destes sujeitos elevando sua autoestima, o sentimento de pertencimento e contribuindo para limitar choques macroeconômicos promovendo um modo de vida sustentável, utilizando as capacidades produtivas dos migrantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sabendo da importância a respeito da discussão sobre as migrações e da sua notoriedade como objeto de expressivas contribuições de caráter teórico e empírico, que atestam a diversidade sobre o tema, seus significados e implicações, é importante mencionar a dificuldade em colher informações e dados com a gestão nos municípios de Florianópolis e Chapecó e no próprio estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), no que se refere ao quantitativo dessa população nos municípios em questão, bem como sobre as condições em que vive. Destaca-se, também, a objeção de alguns participantes em retornar os questionários. Muito se deve aos limites impostos pela pandemia e o esgotamento ou inacessibilidade aos meios de comunicação. Portanto, parte significativa dos elementos fundantes deste Trabalho de Conclusão de Curso foram obtidos através dos questionários realizados pela acadêmica, que se resumem a uma pequena e inexpressiva parcela dessa população, por periódicos e artigos que tratavam do assunto de forma abrangente e de relatórios elaborados por organizações adeptas ao tema.

Através do exposto, foi possível conhecer o histórico das migrações e relacioná-lo com o contexto atual, ainda que com todas as modificações dos fluxos migratórios e suas características ao longo do tempo. Também foi possível concluir que o perfil dos sujeitos migrantes que chegam ao Brasil vem sofrendo mudanças ao longo do tempo.

As migrações na contemporaneidade fazem parte de uma série de expressões das faces da globalização e análises sobre os fluxos migratórios são indispensáveis para propor alternativas de combate às fragilidades que envolvem os sujeitos nestas condições, ao preconceito e ao desconhecimento por parte de empresas e da sociedade, bem como, faz refletir sobre a possibilidade de iniciativas dos gestores das políticas públicas de forma a garantir respeito, autonomia e dignidade aos sujeitos migrantes.

O fluxo significativo de migrantes internacionais em Santa Catarina, vem levantando debates sobre contingente populacional e de necessárias iniciativas dos gestores das políticas públicas que lhes garantam direitos básicos como educação, saúde e trabalho. Entretanto, percebe-se uma forte atuação de entidades ligadas às Igrejas e ao voluntariado, fazendo com que o papel de estado seja assumido, em boa parte, por essas instituições.

No que concerne aos desafios enfrentados por jovens e adolescentes migrantes, um deles trata-se da falta de domínio do idioma. Sem acesso a língua portuguesa e sem medidas para

democratizá-la, a população migrante se encontra cada vez mais excluída e longe de conhecer seus direitos e ter uma aproximação com os serviços públicos, fato este que alimenta o volume de ações paliativas que, institucionalizadas ou não, afastam estes sujeitos de sua autonomia. Fato que comprova esta afirmação é a de que parte das entidades não-governamentais participantes do presente trabalho, ligadas à caridade ou iniciativas das Igrejas, são, em alguns casos, as únicas a ofertarem cursos de Português à migrantes recém-chegados nas cidades. A Círculos de Hospitalidade, a Cáritas e a OPIR são instituições que oferecem cursos de português em Florianópolis. Uma busca foi realizada e não foi possível localizar a oferta de cursos do idioma disponível pelo município de Florianópolis. Ações como esta deveriam estar em pauta nas discussões dos municípios já que incentivam um ambiente multicultural, relacionando a teoria e a prática de acordo com as temáticas que perpassam a realidade dos estrangeiros

Outro desafio bastante mencionado na pesquisa para o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi a falta de conhecimento sobre a legislação que rege a temática migratória por parte das empresas. Conforme expuseram a Círculos de Hospitalidade e a Cáritas, esse desconhecimento leva a não inserção de jovens migrantes nos quadros laborais e cabe às entidades o papel de sensibilizar empresas e socializar informações, para que o quadro seja revertido. Ao promover valores positivos que os migrantes carregam, pode-se resgatar a identidade pluricultural que existe no nosso estado, contribuindo para o reconhecimento de empresas como agentes de inclusão e justiça social. Além disso, a contratação de migrantes pode contribuir para o fortalecimento de comunidades locais, pois desta forma, auxilia no crescimento de benefícios da interculturalidade, no acolhimento, integração, aperfeiçoamento e na valorização dos direitos humanos.

Um terceiro desafio trata sobre os tipos de preconceito, sobretudo, a xenofobia. O mercado de trabalho para migrantes é seletivo e discriminatório e muitas vezes o preconceito faz com que pessoas nessa condição se sujeitem a trabalhos precários, sem garantias trabalhistas e, quando expostas a situações degradantes, sequer busquem as autoridades competentes, muitas vezes por falta de informação. Por isso, a socialização da informação é extremamente importante para que se possa evitar possíveis explorações de mão-de-obra e proteger os direitos humanos básicos, evitando assim o colapso e maiores deficiências na vida dessa população.

É extremamente importante considerar o contexto de luta e compreender a conjuntura de vida de jovens e adolescentes, uma vez que não se tem apenas uma juventude, mas juventudes que se expressam de maneiras diversas, de acordo com o contexto e a realidade social a que

estão expostos. As particularidades que envolvem o tema das migrações, bem como, os compromissos assumidos por estados e municípios em prol da ampliação e efetivação dos direitos devem ser considerados mecanismos potentes de inclusão social. É necessário reconhecer o necessário e conflitivo papel da gestão e das políticas sociais em receber, acolher e possibilitar estratégias de inserção laboral, sobretudo, à jovens, oferecendo oportunidades e fomentando a pluriculturalidade. Há que se considerar também as tensões entre os níveis de ação nacional, estadual e locais, para que se possa executar ações conjuntas e integradas.

Vale refletir a respeito da atuação do Serviço Social na temática migratória. A construção do entendimento sobre o papel da Política de Assistência Social no atendimento aos migrantes é extremamente importante já que o aumento dos fluxos migratórios demanda atenção, planejamento e execução por parte de todas as políticas, ou seja, deve ser discutido e pensado de forma conjunta e adequado às especificidades dos diversos grupos. Sabendo que os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem ocupando os mais diversos campos de atuação para garantir os direitos da população, a complexa situação de migrantes não deve ser tida como exceção e seus direitos devem ser assegurados tanto no ordenamento jurídico local, quanto no plano internacional. Dessa forma, as inúmeras demandas referentes ao acolhimento e integração da população migrante podem e devem ser temas de estudo e de prática de assistentes sociais em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas apresentadas. Destaca-se que não existe impeditivo ao cadastramento para a concessão de benefícios à migrantes, que são públicos das políticas sociais da mesma forma que os brasileiros, desde que sejam atendidos os aspectos de vulnerabilidade. Garantir e integrar o conjunto das políticas públicas as responsabilidades compartilhadas e exclusivas, de forma a assegurar que os preceitos do SUAS sejam garantidos a quem dele necessitar, deve ser entendido como crucial aos executores da Política de Assistência Social.

Por fim, os fluxos migratórios, formados pela afluência acelerada da classe trabalhadora, se deslocam movidos pelas disputas entre os diferentes projetos sociais, que imbricados em contextos de desigualdades e preconceitos, não se explicam por si só. Estão diretamente ligados ao processo de globalização em toda a sua completude e carece de intervenções que viabilizem a incorporação de respostas a partir da premissa da garantia dos direitos humanos, políticos e sociais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- BALLESTRIN, Luciana. **O sul global como projeto político.** 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>. Acesso em: 12 de dez. 2021
- BRASIL. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 12 out. 2020
- BRASIL. **Operação Acolhida – Histórico.** Atualizado em 15/06/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em 11 de dez. 2021
- CARVALHO, Leandro de. **Caminhos para o Refúgio:** inserção produtiva e social de refugiados no brasil. Inserção produtiva e social de refugiados no Brasil. 2017. Disponível em: <https://migramundo.com/wp-content/uploads/2018/06/CAMINHO-PARA-O-REF%C3%9AGIO.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- CONDE, Soraya Franzoni; ALCUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa. **Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis.** Revista Katálysis, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 358-368, maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p358>. Acesso em: 10 out. 2020
- CRUZ, Daniele da. **O Capitalismo e a Responsabilidade Social.** Disponível em: <https://hetec.wordpress.com/anteriores-2/artigos/295-2/>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p.79
- GOMES, Marcela Andrade. OS IMPACTOS SUBJETIVOS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS: os haitianos em florianópolis (sc). **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 29, p. 4-10, 7 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i162484>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100236&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2020.
- KREUTZ, Ineiva Terezinha. **MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, TRABALHO E CAPITAL::** seletividades persistentes e promessas ilusórias do direito à dignidade humana. 2021. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Cap. 3. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227035>. Acesso em: 16 set. 2021.
- LUSSI, Carmem; MARINUCI, Roberto. **VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONTEXTO MIGRATÓRIO.** 2018. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

MARTINE, George. **A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo em Perspectiva, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 3-22, set. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392005000300001>. Acesso em: 10 out. 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):621-626, 2012

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, **“Questão Social” e seu enfrentamento**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, n. 110, 2012. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_220_2doc.pdf

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças**. Revista Brasileira de Estudos de População, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 171-179, 23 ago. 2017. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0010>. Acesso em: 15 out. 2020

OLIVEIRA, Wagner; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; CAVALCANTI, Leonardo; GUEDES, Ana. **Inserção de imigrantes no mercado de trabalho: integração de dados e análise dos novos fluxos**. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, Florianópolis, p. 22-22, jul. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29135/Oliveira%20et%20al%20%282019%29%20-%20Inser%20c3%a7%20c3%a3o%20de%20imigrantes%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. T. R., PEREIRA, F., QUINTINO, F. O Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e a migração regular no país. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Tonhati, T. Dutra, D., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

PARAIZO, Lucas. **SC tem mais de 5,7 mil imigrantes cadastrados em sistema do governo; maioria é do Haiti**: Florianópolis é a cidade que mais recebe os estrangeiros, seguida por Joinville, Itajaí e Chapecó. Florianópolis é a cidade que mais recebe os estrangeiros, seguida por Joinville, Itajaí e Chapecó. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-cadastrados-em-sistema-do-governo-maioria-e-do-haiti>. Acesso em: 10 set. 2020.

PATARRA, N. L. **Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&format=iso.pft&lang=i&nxtAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=PATARRA,+NEIDE+LOPES>>. Acesso em: 08 out. 2020.

PIOVESAN, Agostinho. **Migrantes venezuelanos chegam a Chapecó para iniciar nova vida em SC e RS**: trabalhadores estavam abrigados em centros de acolhimento em boa vista (rr). Trabalhadores estavam abrigados em centros de acolhimento em Boa Vista (RR). 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%3%ADcias/cidades/migrantes-venezuelanos-chegam-a-chapec%3%B3-para-iniciar-nova-vida-em-sc-e-rs-1.495913>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins da; MULLER, Juliana. **Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis.** Revista Katálysis, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 281-292, maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p281>.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina A. F. de. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo.** Revista de Administração de Empresas, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 65-72, dez. 1985. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901985000400007>.

THOMÉ, Leonardo. **Haitianos: os imigrantes do século 21 em Santa Catarina:** apenas este ano, santa catarina emitiu mais de duas mil carteiras de trabalho para haitianos, que chegam cada vez em maior número. Apenas este ano, Santa Catarina emitiu mais de duas mil carteiras de trabalho para haitianos, que chegam cada vez em maior número. 2015. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/haitianos-os-imigrantes-do-seculo-21-em-santa-catarina/>. Acesso em: 30 out. 2020refug.

TORELLY, Marcelo; ALMEIDA, Maria Gabriela Eiras de; DALL'ANESE, Marina; NETTO, Victor. **ACESSO DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS AO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS.** 2018. Elaborado por ONU Migração. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/BRL-OIM%20009.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

APENDICE A

Questionário 1) aplicado com jovens migrantes:

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso | Jovens migrantes

Olá! Me chamo Hisla, sou discente de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina.

Este formulário tem por objetivo analisar os desafios enfrentados pela juventude migrante para a inserção qualificada no mercado de trabalho.

A metodologia utilizada será a coleta dos dados e uma pesquisa de campo (no formato remoto) através de questionário diretamente com jovens de 15 a 29 anos, visando conhecer a realidade e identificar os principais desafios enfrentados.

Os entrevistados não terão nenhum benefício direto com a pesquisa, mas estarão contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de maneira geral à sociedade.

Esperamos com os resultados contribuir para caracterizar os jovens migrantes nos municípios de Florianópolis e Chapecó, compreender as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho e identificar as estratégias que auxiliem para a inserção deste público no mercado de trabalho.

O tempo estimado para responder a este questionário é de 5 minutos.

1. Você vive em:

Florianópolis

Chapecó

2. Você gostaria de se identificar? Se sim, digite seu nome:

Insira sua resposta

3. Qual sua idade?

Insira sua resposta

4. Qual sua nacionalidade?

Venezuela

Haiti

Senegal

Angola

Outra

5. Há quanto tempo reside no Brasil?

Insira sua resposta

6. Há quanto tempo reside em Santa Catarina?

Insira sua resposta

7. Sua família veio com você para o Brasil?

Sim, meu pais e irmãos

Sim, meus irmãos

Vim sozinho/a

Outra

8. Você está trabalhando no momento?

Sim

Não

9. Já trabalhou e agora está desempregado/a?

Sim

Não

10. Qual é a renda familiar?

Menos de um salário mínimo

Até um salário mínimo (R\$ 1.100,00)

Mais de um salário mínimo

11. Você ajuda na renda familiar?

Sim

Não

12. Você recebe algum auxílio de parentes, amigos e ou conhecidos?

alimentação, financeiro, moradia ou outro

- Sim
 Não

13. Sua situação no Brasil está regular?

documentação, registro migratório, etc...

- Sim
 Não
 Não sei informar

14. Você já passou por situações de preconceito?

- Sim
 Nunca

15. Você acredita que jovens migrantes deixam de ser contratados no Brasil por preconceito?

xenofobia, intolerância religiosa, cor/raça e outros

- Sim
 Não

16. Na sua opinião, o que falta para que se possa integrar, efetivamente, jovens migrante nos postos de trabalho?

Insira sua resposta

17. Na sua opinião, qual a principal barreira encontrada para sua inserção no mercado de trabalho ?

- Dificuldade com o idioma
 Preconceitos diversos
 Dificuldade com a cultura
 Falta de hospitalidade
 Nenhuma

18. Qual a sua escolaridade?

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior
- Nenhum

19. Está cursando ou concluiu os estudos?

- Cursando
- Concluí/terminei

20. Você já realizou algum curso profissionalizante aqui no Brasil?

- Sim
- Não

21. Você acredita que cursos profissionalizantes podem contribuir na sua colocação no mercado de trabalho?

- Sim
- Não
- Talvez

22. Que dia você está preenchendo este questionário?

Insira a data (dd/MM/yyyy)



APÊNDICE B

Questionário 2) Aplicado com profissionais de entidades/órgãos que prestam serviços de acolhimento e atendimento à migrantes:

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso | Entidades

Olá! Me chamo Hísla, sou discente de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Este formulário tem por objetivo analisar os desafios enfrentados pela juventude migrante para a inserção qualificada no mercado de trabalho em Florianópolis e Chapecó. A metodologia utilizada será a coleta dos dados e uma pesquisa de campo (no formato remoto) com entidades e órgãos que prestam serviço de acolhimento, atendimento e integração de migrantes com idades entre 15 e 29 anos. Também farei entrevistas diretamente com esta população visando conhecer a realidade e identificar os principais desafios enfrentados. Os entrevistados não terão nenhum benefício direto com a pesquisa, mas estarão contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de maneira geral à sociedade. Esperamos com os resultados contribuir para caracterizar os jovens migrantes nos municípios de Florianópolis e Chapecó, compreender as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho e identificar as estratégias que auxiliem para a inserção deste público.

O tempo estimado para responder a este questionário é de 5 minutos.

1. Qual sua formação?

Psicólogo/a

Assistente Social

Administrador/a

Pedagogo/a

Outro

2. Qual cargo/função você ocupa na entidade/órgão?

3. Qual o nome da entidade/órgão que você atua?

4. Há quanto tempo a entidade/órgão na qual você atua atende a população migrante?

5. De maneira geral, qual a nacionalidade dos/as migrantes atendidos?

- Maioria haitianos/as
- Maioria venezuelanos/as
- Maioria árabe
- Maioria senegalês
- Outra

6. Qual a porcentagem de jovens migrantes (15 a 29 anos) atendidos?

- Menos de 50% do total atendido
- Mais de 50% do total atendido
- Não sei

7. De maneira geral, no que se refere a condição destes jovens migrantes, você acredita que a situação destes no Brasil esteja regular?
documentação, registro migratório, etc...

- Sim
- Não
- Não sei informar

8. Na sua opinião, esta população, quando inserida no mercado de trabalho, ocupa posições subalternas?

- Sim
- Não
- Talvez

9. De maneira geral, por qual motivo estes sujeitos migraram para o Brasil?

Insira sua resposta

10. Como você classificaria a comunicação da entidade/órgão que você atua com jovens migrantes no que diz respeito a socialização de informações especificamente no tocante ao mercado de trabalho?

- Extremamente bom
- Muito bom
- Um pouco bom
- Não tão bom
- Nada bom

11. Você acredita que jovens migrantes deixam de ser contratados por preconceito? xenofobia, intolerância religiosa, cor/raça e outros

- Sim
- Não

12. Na sua opinião, o que falta para que se possa integrar, efetivamente, jovens migrante nos postos de trabalho?

Insira sua resposta

13. Na sua opinião, qual a principal barreira que jovens migrantes encontram ao procurar trabalho formal e inserção laboral em Florianópolis?

- Dificuldade com o idioma
- Preconceitos diversos
- Dificuldade com a cultura
- Falta de hospitalidade
- Outra

14. Que dia você está preenchendo este questionário?

Insira a data (dd/MM/yyyy)



APENDICE C – Termo de Consentimento livre e esclarecido enviado aos participantes da pesquisa, conforme Resolução do CNS n. 466/2012

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Hisla Nocetti sou graduanda do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC. Diante da necessidade de investigar a inserção de jovens e adolescentes migrantes no mercado de trabalho, estou desenvolvendo pesquisa que segue as recomendações da Resolução do CNS n. 466/2012, e tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pela juventude migrante para a inserção qualificada no mercado de trabalho em Florianópolis.

Para que se possa alcançar este objetivo, os participantes responderão a perguntas, a partir de um roteiro de entrevista, com temas referentes a desafios encontrados, perspectivas e outros.

Informamos que, em princípio, a entrevista não envolve riscos aos participantes, no entanto, caso haja algum desconforto devido aos questionamentos realizados compromete-se a não prosseguir com os mesmos. Os entrevistados não terão nenhum benefício direto com a pesquisa, mas estarão contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de maneira geral à sociedade. Esperamos com os resultados contribuir para caracterizar os jovens migrantes no município de Florianópolis, compreender as dificuldades de jovens migrantes para a inserção no mercado de trabalho e identificar as estratégias de inserção de jovens migrantes no mercado de trabalho em Florianópolis.

Compromete-se também a manter o sigilo das informações fornecidas, uma vez que os registros escritos e gravados permanecerão arquivados na sala da orientadora da pesquisa, no Departamento de Serviço Social da UFSC, e que não se fará referência a identidade dos participantes no trabalho.

Os participantes têm garantia plena de liberdade para recusar-se a participar do estudo ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização.

Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, neste momento ou posteriormente, nos disponibilizamos a realizar os devidos esclarecimentos através dos seguintes contatos: com a pesquisadora Hisla Nocetti, pelo telefone (048) 996606431 e/ou pelo e-mail: hislanocetti@hotmail.com, com a Profa. Orientadora Dra. Helenara Silveira Fagundes pelo e-mail: helenarasf@hotmail.com com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo endereço: *Rua Desembargador Vitor Lima, n. 222, 4º andar, sala 401 Trindade – Florianópolis*, pelo telefone: (048) 3721-6094 ou pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa "**título da pesquisa**" e concordo que os dados por mim fornecidos sejam utilizados na realização da mesma. Informo que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi feito em duas vias, sendo que uma delas permaneceu comigo em formato digital.

Florianópolis, 2 de Julho de 2021.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante

